

Comité Económico e Social Europeu

Relatório de Atividades da representação da UGT - ano de 2019

A representação da UGT no Comité Económico e Social Europeu, em 2019, foi assegurada pelo Secretário-Geral, Carlos Silva, e pelo Vice-Presidente, João Dias da Silva.

Durante o ano de 2019, ambos integraram a secção especializada SOC - Emprego, Assuntos Sociais e Cidadania. O primeiro integrou ainda a secção especializada ECO - União Económica e Monetária e Coesão Económica e o segundo a secção especializada REX - Relações Internacionais. O segundo integrou a Mesa do Comité ao longo de todo o ano, assegurando a representação nacional nesse órgão do CESE.

O representante João Dias da Silva integrou o Grupo de Estudo respeitante à elaboração do Parecer SOC/612, sobre a Educação na União Europeia: funcionamento, realizações e vantagens concretas para os cidadãos.

Ambos os representantes participaram nas reuniões extraordinárias do Grupo dos Trabalhadores, realizadas em Bucareste em 25 e 26 de junho, e em Helsinquia, em 9 de outubro.

Em termos internos, verificou-se a substituição da presidente do Grupo II (Trabalhadores), Gabrielle Bischoff, candidata às eleições europeias, por Oliver Ropke, tendo-se procedido sucessivamente à introdução de alterações ao funcionamento do Grupo. Ainda ao nível interno, procedeu-se a um longo debate sobre alterações a introduzir no regulamento interno e no organigrama do CESE, o qual acabou por ser aprovado já no final do ano.

Este ano foi ainda assinalado pela confirmação e renovação de um acordo de cooperação entre o Grupo dos Trabalhadores do CESE com a Confederação Europeia de Sindicatos, tendo sido estabelecidas concretizações de uma mais forte cooperação.

Regista-se também que a delegação portuguesa no CESE teve um encontro de trabalho com a Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, no dia 20 de março.

A agenda deste ano de trabalhos integrou a natural diversidade de temas que são tratados no âmbito deste comité, e como habitualmente vários comissários e outras personalidades intervieram nas sessões plenárias, como foi o caso de Michel Barnier, o negociador chefe da União Europeia para o Brexit.

Foram temas mais debatidos, particularmente nas secções em que ambos participam, quer nas sessões plenárias, os seguintes:

1. A dimensão social

Os debates e os pareceres foram sempre orientados pela referência ao Pilar Europeu dos Direitos Sociais, proclamado em 17 de novembro de 2017 na Cimeira Social de Gotemburgo. Entende-se que o Pilar, em si mesmo, é um primeiro passo para que os Estados Membros reencontrem publicamente o seu compromisso com uma Europa do progresso social.

Neste contexto, foi particularmente relevante a questão da definição de um Quadro de referência para o estabelecimento de um salário mínimo em todos os países da União Europeia.

2. Uma mobilidade justa para trabalhadores / cidadãos - Condições justas para a migração

O CESE tem mantido uma prática de acompanhamento da situação dos imigrantes e refugiados e a sua inclusão na sociedade europeia, com reconhecimento de todos os direitos que lhes devem ser assegurados, para além das ações que devem ser desenvolvidas junto dos seus países de origem, para se evitar que estes movimentos continuem a justificar-se.

3. Uma União Económica e Monetária (UEM) que funciona para as pessoas

Foi sistematicamente debatida e construída uma avaliação comum sobre a UEM, embora os pareceres produzidos não sejam suficientes em si mesmos, considerando que a união económica e monetária também precisa de dimensão política cuja concretização não tem conhecido avanços.

A questão da distribuição justa da riqueza foi tratada com regularidade e profundidade e foram produzidos pareceres sobre esse assunto, especialmente com as crescentes desigualdades e divergências. Discutiram-se também políticas fiscais sólidas e eficientes para prevenir a evasão fiscal.

4. A transição para a era da digitalização

O futuro do trabalho, em particular relacionado com os efeitos da digitalização e robotização no mercado de trabalho e a destruição e criação de novos empregos foi o centro de muitas discussões, particularmente sobre os efeitos da digitalização nas indústrias de serviços e no emprego e a natureza variável das relações de trabalho e seu impacto na manutenção de um salário digno.

5. Estratégia para a democracia forte na Europa

O CESE debateu muitas vezes o novo panorama político, na Europa e em outras partes do mundo, nomeadamente o Brexit. Tivemos discussões sobre o eurocepticismo e o aumento do nacionalismo. O consenso geral foi o de que há um impacto e que precisamos de encontrar formas de abordar as preocupações. Foram manifestadas preocupações para se garantir uma elevada mobilização para as eleições europeias de maio de 2019, o que levou o CESE a múltiplas discussões aos mais variados níveis no sentido de identificar razões de descontentamento e de contribuir com propostas para novos modelos de

intervenção política em que as pessoas se revejam e que atenuem os focos de tensão e descontentamento.

6. O quadro financeiro plurianual

O CESE debateu e aprovou pareceres para contribuir com a sua opinião para a definição do quadro financeiro plurianual pós-2020.

7. Globalização justa e política comercial

O CESE orientou os seus debates, com o objetivo de tornar a política comercial mais acessível às pessoas. As diversas parcerias da União Europeia com outros países e regiões do mundo foram sendo acompanhadas e analisadas, tendo constituído referência para alguns dos pareceres elaborados, sempre com a preocupação de que os acordos comerciais salvaguardassem sempre os direitos humanos e laborais.

8. Desafios que se levantam aos sistemas de educação e formação, ao nível de um novo quadro de competências que deve ser implementado

As mudanças no mercado de trabalho e na identificação das competências das pessoas atravessou múltiplos pareceres, tendo ainda sido chamada a atenção para a necessidade de se incluir nos currículos escolares o conhecimento, a compreensão e a adesão aos valores fundadores da União Europeia.

9. As mudanças climáticas

Em múltiplas circunstâncias e transversalmente em muitos pareceres, foram expressas as preocupações sobre as alterações climáticas e particularmente em relação à aplicação do Acordo de Paris, tendo sido sistematicamente manifestada a urgência em dar expressão a políticas de sustentabilidade, aos mais diversos níveis.

Carlos Silva

João Dias da Silva